

GT - PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) DA AGRICULTURA FAMILIAR:
uma análise bibliométrica da produção intelectual de Pós-Graduação do Brasil**

Nícolas Vitorino Lopes
Moabe Santos de Souza
Inácia Joeline da Silva Azevedo
Luí Borges Araújo
Pamela de Medeiros Brandão

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a produção científica sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos programas de pós-graduação brasileiros. Trata-se de política recente, e que por isso requer pesquisas que permitam avaliar o processo desde a elaboração até a avaliação, de modo a verificar se essa política tem cumprido seus objetivos. Para tanto, realizou os seguintes objetivos específicos: 1) Mapear os trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação brasileiros (por região, ano de publicação, palavras-chave, objetivos etc.); 2) Identificar as questões mais prevalentes abordadas juntas com a temática do Programa de Aquisição de Alimentos; e 3) Verificar como os trabalhos têm contribuído para os efetivos estudos da aplicação do programa. Nota-se com toda a exposição sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, dos seus objetivos e resultados obtidos que a política é de grande valia para o desenvolvimento do setor da agricultura familiar, suas contribuições para produção de alimentos e geração de empregos, além de contribuir para a comercialização dos produtos da agricultura com a abertura de mercados institucionais. Para melhor conhecer esses estudos e pesquisas, revisões bibliométricas mostram-se como uma estratégia de pesquisa promissora, por isso escolheu-se tal técnica, vista a possibilidade de investigar, avaliar e mensurar por meio da coleta e análise de informações contidas em trabalhos e a partir disso, efetuar um levantamento do que se tem elaborado, bem como indicar temáticas a serem desenvolvidas como agenda de pesquisa. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório, para permitir maior familiaridade com o tema, com abordagem quantitativa, apoiando o raciocínio dedutivo. Por fim, percebemos que, ainda que tratem da implementação e dos objetivos do PAA, não se tratam de estudos longitudinais, ou seja, não é possível avaliar o cumprimento do programa ao longo dos anos e nem mensurar suas contribuições de fato geradas.

Palavras-chave: Produção científica; PAA; Revisão bibliométrica.

1 INTRODUÇÃO

As compras públicas no Brasil constituem parte do planejamento estratégico empregado pelo Governo Federal, a fim de elevar o processo de crescimento dos setores de baixa capacidade competitiva, como no caso dos agricultores familiares e micro e pequenas empresas (OLIVEIRA, 2018, p.12).

O setor da agricultura familiar, em que se pesem as suas contribuições para produção de alimentos e geração de empregos, possui dificuldades de desenvolvimento. Para sanar essas dificuldades o governo brasileiro, a partir da década de 1990, passou a instituir políticas públicas para o fomento da agricultura familiar (OLIVEIRA, 2018, p.13).

A primeira política pública, constituída em 1996 foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar, a partir do financiamento de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas que possam melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras (SICREDI, [201-?]).

Em 2003 o governo brasileiro implantou o Programa de Aquisição de alimentos (PAA) com o objetivo geral de possibilitar aos agricultores familiares, armazenarem suas mercadorias e comercializá-las no momento adequado e com preço justo, possibilitando a participação conjunta na roça e reforçando o agronegócio (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012, p.1).

O PAA possui um designativo potencial de contribuir para a comercialização de produtos da agricultura pela via da abertura de mercados institucionais. O Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, § 1º, estabelece no âmbito da Administração Pública Federal, na modalidade Compras Institucionais, um percentual mínimo obrigatório de compra de alimentos advindos da agricultura familiar. Pelo menos 30% (trinta por cento) dos recursos destinados no exercício financeiro para compra de gêneros alimentícios sejam reservados à aquisição de produtos de agricultores familiares e outras categorias (BRASIL, 2015)

Trata-se de política recente, e que por isso requer pesquisas que permitam avaliar o processo desde a elaboração até a avaliação, de modo a verificar se essa política tem cumprido seus objetivos. Nesse sentido, existem vários estudos, como observados em dissertações de mestrado e teses de doutorado, desenvolvidos com essa finalidade no país, especialmente nos programas de Pós-Graduação nas áreas das ciências sociais aplicadas.

Para melhor conhecer esses estudos e pesquisas, revisões bibliométricas mostram-se como uma estratégia de pesquisa promissora. Para Spinak (1998, p.143), os estudos bibliométricos permitem investigar, avaliar e medir por meio da coleta e análise de informações contidas em trabalhos e a partir disso, realizar um balanço do que se tem produzido, bem como indicar temáticas a serem desenvolvidas como agenda de pesquisa.

Diante desse contexto, este artigo objetiva analisar a produção científica sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos programas de Pós-Graduação brasileiros. Para tanto, realizou os seguintes objetivos específicos: 1) Mapear os trabalhos produzidos nos programas de Pós-Graduação brasileiros (por região, ano de publicação, palavras-chave, objetivos etc.) 2) Identificar as questões mais prevalentes abordadas juntas com a temática do PAA; e 3) Verificar como os trabalhos têm contribuído para o efetivo estudo da aplicação do programa.

O método de trabalho foi dividido em três etapas, a saber: 1) Coleta da produção científica publicada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando como filtro o termo "Programa de Aquisição de Alimentos" na grande área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas; 2) Tratamento bibliométrico dos dados com o auxílio aplicativo Microsoft Office Excel®; e 3) análise.

Na primeira etapa, obteve-se um conjunto de 40 (quarenta) trabalhos de conclusão de Pós-Graduação, compreendidos entre o período de 2013 e 2018, dentre eles dissertações de mestrado acadêmico ou profissional e teses de doutorado. O tratamento bibliométrico, realizado na segunda etapa, foi realizado levando em consideração os seguintes elementos: Elementos de Identificação: título, ano de publicação, palavras-chave, instituição de ensino; Elementos Espaciais: esfera de governo, regiões brasileiras, cidade e estado onde foi realizada a pesquisa; Elementos Textuais: Objetivos, modalidade de compra e contribuições do estudo; e Elementos Metodológicos: técnica de coleta de dados, tipo de pesquisa e natureza da pesquisa. Por fim, na terceira etapa foi realizada análise descritiva estatística básica.

Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório, no período de outubro de 2018, para proporcionar maior familiaridade com o tema, com abordagem quantitativa, auxiliando o raciocínio dedutivo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para podermos obter os resultados, utilizou-se a técnica bibliométrica, cuja aplicação foi fundamental para compreender criação dos trabalhos, analisar estatisticamente do quantitativo das produções dentre outros aspectos relevantes que serão citados abaixo. (SPINAK, 1998, p.142).

Para melhor apresentar os resultados da pesquisa realizada, este artigo está dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro composto por essas considerações iniciais e apresentamos os procedimentos metodológicos, onde é explicado como foi realizada a pesquisa, contendo os parâmetros utilizados na revisão bibliométrica. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico-empírico em duas sessões abordando "Compra na Administração Pública Brasileira" e "Compras Públicas da Agricultura Familiar". Em seguida, no capítulo três, intitulado "Análise da produção intelectual de Pós-Graduação brasileira sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", são apresentados os resultados da pesquisa por meio de mapa, gráficos e quadros. Por fim, o capítulo quatro apresenta as conclusões obtidas ao longo do processo de investigação realizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

2.1 COMPRAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Responsáveis pela movimentação de, em média, 13% (treze por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) por ano, o mercado de compras públicas tem papel fundamental para garantir o funcionamento do organismo público, mantendo-se em conformidade com a legislação em vigor. É a partir delas que são comprados equipamentos, materiais de consumo, alimentos, veículos etc. Esse é um procedimento formal e administrativo, que visa a compra com menor custo, evitando o dispêndio do dinheiro público (OCDE, 2017; SQUEFF, 2014, p. 7; INÁCIO JÚNIOR; RIBEIRO, 2014; FENILI, 2015; Tribunal de Contas da União, 2010, p. 19).

Na licitação, de acordo com o ordenamento jurídico, estão em vigor 6 modalidades, que não serão aprofundadas neste artigo, de acordo com a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. São elas: concorrência; tomada de preços; convite; concurso; leilão e pregão¹ (FENILI, 2015, p.98).

Micro e Pequenas Empresas (MPE) também possuem vez nas aquisições públicas. Em 14 de dezembro de 2006 foi criada a lei de nº 123. Instituída com objetivo de reduzir a desigualdade entre as MPE e grandes empresas, essa lei objetiva equiparar a concorrência entre as empresas em geral. Isso fez com que elas ganhassem tratamento jurídico diferenciado dos entes federativos, incentivando-as pela simplificação de obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei, como prevê o art. 179 da Constituição federal brasileira (BRASIL, 1988).

Um fato importante a ser considerado é que, de acordo com Fenili (2015, p. 112) "A Lei Complementar no 147/2014, ao alterar dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006, suscitou uma profunda modificação da dinâmica das compras públicas, ao acentuar o tratamento diferenciado conferido às micro e pequenas empresas (MEs e EPPs) [...]".

Fenili (2015, p.112), também destaca que:

[...] quando o item de contratação for inferior a R\$ 80.000,00 (note que não se trata do montante total da licitação, mas do valor total de cada item/lote do certame), a competição será restrita a MEs e EPPs. Já quando o item de contratação extrapolar tal valor, ainda assim haverá cota restrita a este segmento de mercado.

Pequenos produtores rurais também são abarcados pelo processo de compra. Universidades federais, escolas municipais e outros componentes do organismo do Estado, consomem alimentos provindos da agricultura familiar. Nesse contexto, foi criada a lei nº 10.696, que tem como principal ponto o Programa de Aquisição de Alimentos, garantindo que parte da produção da agricultura familiar poderá ser adquirida, dispensando licitação, por parte dos componentes dos entes federativos (BRASIL, 2003). A dispensa se dará na circunstância em que a Lei autoriza

¹ Em 2002, foi publicada a Lei nº 10.520/2002. Com isso, houve a adição da modalidade pregão.

a aquisição de bens e serviços, por parte da Administração Pública, sem realizar o procedimento licitatório (BURKHARD, 2015, p.45). Reservamos o capítulo que virá a seguir para aprofundarmos e conhecermos mais sobre esse programa e os benefícios que ele traz para o pequeno produtor rural.

Segundo Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2017), o mercado de compras governamentais corresponde, em média, a 13% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, conferindo ao Estado considerável peso no mercado consumidor nacional. O papel de comprar dos mais diversos fornecedores faz do Estado um ente fundamental para o desenvolvimento de pequenos empreendedores e agricultores, que não teriam condições de competir no mercado aberto, se não fosse tanto pelas leis que garantem benefícios de vantagem ou exclusividade quanto pelo Estado como consumidor de seus produtos (SQUEFF, 2014, p.8, apud SOARES, 2005; SOUSA e OLIVEIRA, 2010).

2.2 COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O PAA criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. (BRASIL, 2003)

Para o alcance desses objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O programa é uma das ações do governo federal para a Inclusão Produtiva Rural das famílias mais pobres (MDA, 2012, p.3)

O PAA promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalecem circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (MDA, 2012, p.3).

Órgãos do setor do desenvolvimento social e agricultura trazem definições para o PAA, como a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que diz que o PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar (BRASIL, [20--?]).

Em 11 de outubro de 2011 o artigo 19 sofreu alterações nos incisos:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
 - II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
 - III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
 - IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
 - V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
 - VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e
 - VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.
- (BRASIL, 2003)

O programa possui mecanismos que favorecem a comercialização dos produtos, diferente do PRONAF que, de maneira ampla, objetivava fortalecer a produção, gerando emprego e renda e contribuindo para reduzir as desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2017, p.11). Para as autoras Assis, Priore e Franceschini, (2017, p.623), em seu estudo sobre o impacto do programa de aquisição de alimentos foi "[...] unânime a referência aos impactos positivos do PAA sobre o aumento da renda familiar, favorecida pela garantia de acesso ao mercado e o escoamento da produção [...]". Mais à frente veremos que dentro das modalidades de compras do PAA existe uma quantidade mínima, em reais, de compras de alimentos, provinda de agricultores familiares, que deve ser assegurada. A principal diferença entre o PAA e alguns tipos de compras públicas é que ele conta a dispensa de licitação para ser realizado.

A importância do programa está baseada no abastecimento alimentar via compras governamentais; valorização da biodiversidade, da produção agroecológica e orgânica de alimentos; Além do fato de servir de incentivo para a boa alimentação, também estimula o cooperativismo e o associativismo (MDA, 2012, p.3).

FIGURA 1 - Resumo das modalidades do PAA

Modalidade	Finalidade	Fonte de recurso	Unidades executoras	Forma de participação	Limites de participação por agricultura	Limite de participação por organização (cooperativas ou associações)
Compra com doação Simultânea	Compra de alimentos diversos e doação simultânea a entidades	MDS	Entes federados que aderiram ao programa	Individual	R\$ 6.000,00 por ano	Não se aplica
			CONAB	Associação ou Cooperativa	R\$ 8.000,00 por ano	R\$ 2.000.000,00 por ano
Compra direta	Compra de produtos definidos pelo GGPA, com o objetivo de sustentar preços	MDS ou MDA	CONAB	Associação ou Cooperativa	R\$ 8.000,00 por ano	R\$ 500.000,00 por ano
Formação de Estoques	Apoio financeiro para continuação de estoques de alimentos por organizações fornecedoras	MDS ou MDA	CONAB	Associação ou Cooperativa	R\$ 8.000,00 por ano	R\$ 1.500.000,00 por ano, sendo a primeira operação limitada a R\$ 300.000,00
Incentivo à produção e consumo do Leite	Aquisição de leite de vaca ou cabra e destinação diretamente a beneficiários ou entidades	MDS	Governos Estaduais do Nordeste e do Estado de Minas Gerais	Individual	R\$ 4.000,00 por semestre	Não se aplica
Compra de Sementes	Aquisição de sementes de culturas alimentares	MDS	CONAB	Associação ou Cooperativa	R\$ 16.000,00 por ano	R\$ 6.000.000,00 por ano
Compras Institucionais	Compra de produtos por diversas organizações públicas, por meio de chamada pública	Dotação própria dos órgãos compradores	Órgão comprador	Individual ou Cooperativa	R\$ 20.000,00, por ano com órgão comprador	R\$ 6.000.000,00 por ano com órgão comprador

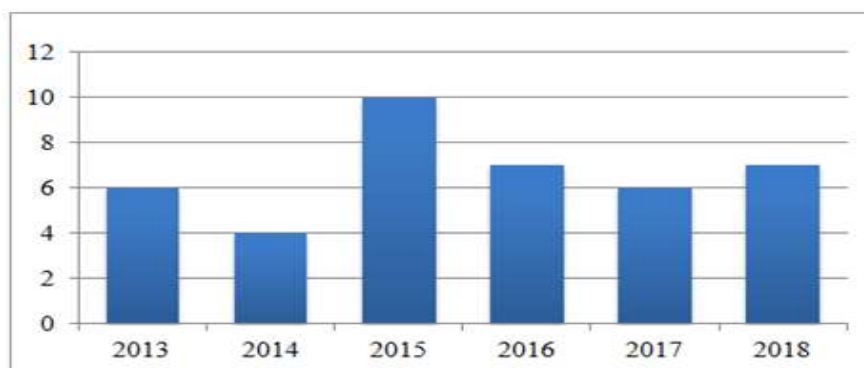
Fonte: Mundo sem pobreza: iniciativa brasileira de aprendizagem, 2017. Adaptado pelos autores, 2018.
Siglas: GGPA: Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos; MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário; MDS: Ministério do Desenvolvimento Social; CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento.

De acordo com a *World Without Poverty* ([201-?]), a execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. Cada modalidade possui características específicas que vão determinar a preferência pelo adotante, ou seja, a necessidade do adotante ditará a escolha da modalidade que mais se encaixa em sua realidade.

3 ANÁLISE DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Produção Intelectual de Pós-Graduação Brasileira sobre o Programa de Aquisição de Alimentos é composta por 40 trabalhos publicados entre o período de 2013 a 2018, conforme mostra o gráfico 1.

GRÁFICO 1 - Trabalhos por ano de publicação (2013-2018)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Nota-se que se trata de uma temática recente na área das Ciências Sociais Aplicadas, tendo se iniciado em 2013 após 10 anos de implementação do programa. No âmbito das ciências sociais aplicadas os trabalhos foram defendidos nos programas de Pós-Graduação em diversas áreas de conhecimento. As áreas de conhecimento que mais desenvolvem pesquisa sobre o tema são as de Administração, Administração Geral e Planejamento Urbano e Regional. Juntas possuem a representatividade de 72,5% do total dos trabalhos publicados.

No total, segundo o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, existem 9 áreas de conhecimento dentro das ciências sociais aplicadas. Essa diversidade de áreas de conhecimento revelam a transdisciplinaridade do PAA. Faz-se importante notar que mesmo os trabalhos sendo da área de administração, por exemplo, não se referem a área de concentração empresarial. Isso porque embora o programa seja de administração existem áreas de concentração mais vinculadas a avaliação de políticas públicas.

Nota-se, portanto, que sendo o PAA estudado por diversas áreas, onde cada uma trata dele a partir de sua própria ótica, apesar dos trabalhos possuírem muitos

pontos em comum, como falar do programa e suas contribuições para a sociedade, cada trabalho analisa de maneira singular, buscando atingir objetivos próprios e encontrando os mais variados resultados da pesquisa feita.

A publicação de trabalhos de Pós-Graduação sobre o PAA está distribuída em diversas universidades ao longo do território brasileiro. Podemos destacar que a maior quantidade de publicação de trabalhos está concentrada na Universidade Federal de Viçosa, estado de Minas Gerais, com 7. Em seguida, vem a Universidade Federal Rural de Pernambuco, com 4 trabalhos publicados e, por fim, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná possui 3 trabalhos. As demais universidades apresentaram valores equivalentes a 2 e 1 trabalhos publicados.

É importante ressaltar a baixa quantidade de trabalhos publicados a respeito desse programa, principalmente na região norte do país, tendo em vista que a lei foi instituída há 15 anos e sua abrangência é nacional. Para termos uma melhor noção de como está distribuída a quantidade de trabalhos publicados no território brasileiro, organizamos através do mapa abaixo.

MAPA 1 - Quantidade de trabalhos publicados por região geográfica brasileira



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Percebe-se que as regiões sul e sudeste estão à frente das demais pela quantidade de trabalhos publicados sobre o PAA. Juntas, representam a maior parcela desses, com 55% do total.

As técnicas de coleta de dados de pesquisa de campo foram utilizadas em conjunto com a revisão bibliográfica para auxiliar no embasamento teórico e empírico das pesquisas, conforme observado na revisão bibliométrica. A coleta de dados mais utilizada foi a de entrevista, aparecendo em 85% dos trabalhos, sendo ela estruturada ou semiestruturada. 60% dos trabalhos aplicaram questionários como forma de obter os dados.

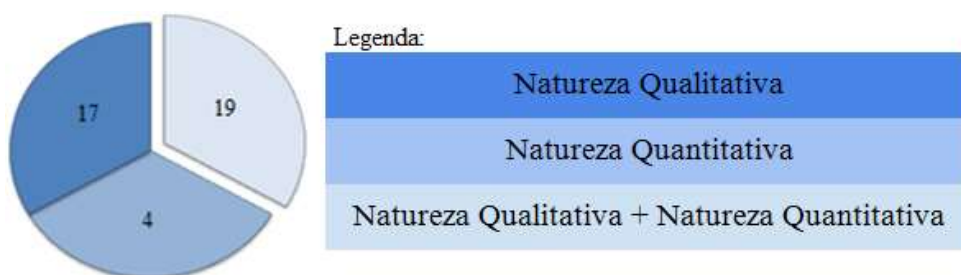
QUADRO 1 - Tipos de pesquisa aplicadas nos trabalhos

	Exploratória	Descritiva	Exploratória e Descritiva	Total
Quantidade	14	16	10	40

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

O tipo de pesquisa mais aplicada foi a descritiva, 40% destes a utilizaram isoladamente nos seus trabalhos. Em seguida, a pesquisa exploratória foi aplicada em 35 dos trabalhos. Por fim, a junção das duas: pesquisa exploratória e descritiva apresenta menor percentual, 25%.

GRÁFICO 2 - Natureza da pesquisa aplicada nos trabalhos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A natureza da pesquisa qualitativa-quantitativa foi a mais aplicada, com um percentual de 47,5% do total dos trabalhos. Em seguida, a natureza qualitativa, aplicada isoladamente, esteve presente em 42,5% dos trabalhos. A natureza quantitativa foi a menos utilizada, com representatividade de 10% do valor total de trabalhos.

QUADRO 2 - Modalidades do PAA encontradas nos trabalhos

Modalidade	Quantidade	(%)
Compra direta	1	2,5
Compra com doação simultânea	16	40
Compra com doação simultânea / formação de estoque	1	2,5
Compra institucional	3	7,5
Não possui modalidade específica	19	47,5
Total	40	100

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

As modalidades do PAA encontradas nos trabalhos de Pós-Graduação foram: Compras com doação simultânea, com 16 trabalhos, objetivando analisar as contribuições do PAA para a promoção da sustentabilidade da agricultura familiar, avaliar os impactos do programa, empoderamento da agricultura familiar, desenvolver um sistema de informação, o consumo dos produtos pelos beneficiários dos programas, a efetividade do programa e a operacionalização e execução do programa; Compra com doação simultânea / formação de estoques, com 1 trabalho, objetivando identificar o papel do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar; Compras institucionais, com 3 trabalhos, que objetivam a implementação da modalidade de compras institucionais em universidades federais, juntamente com a análise das políticas públicas voltadas para a aquisição de alimentos; compra direta, com 1 trabalho que objetiva analisar a percepção dos agricultores familiares a respeito do PAA.

Por fim, 19 trabalhos foram entendidos como não possuindo modalidade específica do programa em sua construção, pois segundo a análise da revisão bibliométrica, os trabalhos objetivam analisar o PAA de maneira ampla - tratando-o como um tema transversal - como um programa do governo de compra de alimentos, baseada na experiência de cada autor - em diversas cidades, observando cooperativas e outras organizações sociais ou públicas - com a visão de perceber as mudanças socioeconômicas trazidas pelo programa para os agricultores familiares

feitas pelos agentes responsáveis pela manutenção, funcionamento e continuidade do PAA, a questão do papel da mulher nesse contexto, investigar a dimensão que as aposentadorias rurais no Rio Grande do Norte e contribuição de políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável.

Sintetizando as contribuições dos trabalhos investigados, observou-se que elas são voltadas para o desenvolvimento das políticas públicas com o enfoque em formas de controle social pela própria sociedade; compreensão sobre a execução do PAA; entender os impactos e dificuldades envolvidos com a sua implementação na comunidade de agricultores familiares, analisar o PAA e sugerir ajustes; contribuir para o rol de discussões sobre as políticas públicas brasileiras; trazer informações relevantes para a construção do conhecimento relativo às inúmeras facetas que envolvem a eficácia de uma política pública.

Além desses temas, também se observa esses outros: compreensão sobre os desdobramentos que o PAA vem desenvolvendo e o papel das instituições na sua implementação; analisar se o programa tem trazido bem-estar e desenvolvimento para a região no contexto econômico e social; contribuir para a construção do mercado institucional do PAA; gerar debates na academia sobre as políticas públicas; sugestão da aplicação da ferramenta *Balanced Scorecard* para avaliar o PAA; redução do tempo de trâmite dos processos do PAA; gerenciamento dos alimentos em cooperativas; o papel das mulheres com a resistência através da produção diversificada de alimentos sem agrotóxicos; como a socialdemocracia europeia influenciou políticas públicas no Brasil; contribuir com o protagonismo dos movimentos sociais juvenis; e construção de um referencial analítico para estudos dos empreendimentos econômico-solidários.

Percebeu-se que as contribuições sobre desenvolvimento das políticas públicas com o enfoque em formas de controle social pela própria sociedade e a compreender os impactos e dificuldades envolvidos com a sua implementação na comunidade de agricultores familiares e analisar o PAA e sugerir ajustes são as mais comuns entre os trabalhos, com representatividade de 55% dos trabalhos.

Concluiu-se que 19 trabalhos, apenas, citava o PAA de forma transversal, ou seja, usavam do tema como forma de cruzar determinado assunto, não tratando exatamente de atingir os pontos que se esperam dos objetivos do PAA. Dezoito trabalhos tratam da investigação das modalidades do PAA na região/cidade investigada, porém, não objetivavam a implementação do programa, citavam apenas que ele foi feito e analisavam os impactos trazidos por ele àquela região/cidade. Apenas 3 trabalhos trataram efetivamente sobre a implantação e falar dos objetivos alcançados com PAA naquela região/cidade, depois de implementado, que foram os trabalhos avaliando o processo de implementação da compra institucional do programa nas universidades federais de Viçosa, do Rio Grande do Norte e da Grande Dourados. Ainda que tratem da implementação e dos objetivos do PAA, é apenas o relato do presente, não são longitudinais, ou seja, não é possível avaliar o cumprimento do programa ao longo dos anos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema "Programa de Aquisição de Alimentos" é de total relevância "para a inclusão produtiva rural das famílias mais pobres" (BRASIL, [20--?]). De 2003 até os dias atuais, diversas produções acadêmicas têm sido desenvolvidas, tais como dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o assunto que estamos abordando, que são o foco principal da pesquisa deste trabalho.

Nota-se com toda a exposição sobre o PAA, dos seus objetivos e resultados obtidos que a política é de grande valia para o desenvolvimento do setor da agricultura familiar, suas contribuições para produção de alimentos e geração de empregos, além de contribuir para a comercialização dos produtos da agricultura com a abertura de mercados institucionais.

Este artigo objetivou analisar a produção científica sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos programas de Pós-Graduação brasileiros. Dentre os objetivos específicos identificou-se o mapeamento dos trabalhos produzidos nos programas de Pós-Graduação brasileiros. Dentre os anos de 2013 e 2018, vê-se um aumento das publicações em um maior número de regiões do país, contudo que esse

número é maior nas regiões onde a prática da agricultura familiar é mais desempenhada. A exemplo da região Norte, onde a própria demografia e geografia não permitem a prática da agricultura, o número de trabalhos sobre a temática é pouco encontrado.

Identificou-se que as questões mais abordadas com a temática do PAA foram sobre a análise de aplicação do programa, a avaliação dos impactos e as mudanças após a sua implantação, bem como as contribuições e percepção dos agricultores envolvidos que o programa trouxe.

Com a verificação dos trabalhos investigados, observou-se que as contribuições geradas são voltadas para o desenvolvimento das políticas públicas com o enfoque em formas de controle social pela própria sociedade; a compreensão da execução do PAA, dos impactos e dificuldades envolvidos com a sua implementação e analisar o PAA e sugerir ajustes são as mais comuns entre os trabalhos; os desdobramentos que o PAA desenvolveu e vem desenvolvendo, bem como o papel das instituições com a sua implementação; Além do desenvolvimento e bem-estar que o programa tem trazido para a região no contexto econômico e social. Poucos foram os trabalhos que efetivamente retrataram e falaram dos objetivos alcançados com o PAA na área implementada. Esses avaliam o processo de implementação da compra institucional do programa nas universidades federais. Ainda que tratem da implementação e dos objetivos do PAA, não são estudos longitudinais, ou seja, não é possível avaliar o cumprimento do programa ao longo dos anos e nem mensurar suas contribuições de fato geradas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.617-626, fev. 2017. Mensal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0617.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.



BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. Decreto no 8.473, de 22 de junho de 2015. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. Fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE). **Sobre Compras Governamentais**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/acoes/compras-governamentais/sobre-compras-governamentais>>. Acesso em 10 nov. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. . Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 10 nov. 18.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2016. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha PAA**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/folder_paa_2012.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/servlet/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 06 nov. 2018.



BURKHARD, Daniela. **As compras públicas visando o fortalecimento dos pequenos negócios como política de desenvolvimento local**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015. Disponível em: <<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Daniela%20Burkhard.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Federação dos trabalhadores na agricultura familiar do estado de São Paulo (FETAESP). **PAA - Programa de aquisição de alimentos**. Disponível em: <<http://www.fetaesp.org.br/novo/paa-programa-de-aquisicao-de-alimentos/>>. Acesso em 11 nov. 2018.

FENILI, R.R. Compras. In: FENILI, R. R (Org.). **Gestão de materiais**. Brasília: ENAP, 2015. p. 83-123.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MEDEIROS, Ivan L. de et al. Revisão Sistemática e Bibliometria facilitadas por um Canvas para visualização de informação. **Revista Brasileira de Design da Informação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.93-110, maio 2015. Quadrimestral.

OLIVEIRA, Luciana de Medeiros. **Avaliação do processo de implantação do Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade compra institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25195/1/LucianaDeMedeirosOliveira DISSERT.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

RIBEIRO, Cássio Garcia; INÁCIO JÚNIOR, Edmundo. Mensurando o mercado de compras governamentais brasileiro. **Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, n. 14, p.265-287, dez. 2014. Anual. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/mensur_merc_compras.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SICREDI. **PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em:<<https://www.sicredi.com.br/html/para-seu-agronegocio/credito/pronaf/>>. Acesso em 10 nov. 2018.

SQUEFF, Flávia de Holanda Schmidt. **O poder de compras governamental como instrumento de desenvolvimento tecnológico: análise do caso brasileiro**. Brasília: Livraria do Ipea, 2014. 64 p. Disponível em:



<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2421/1/TD_1922.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Licitações & Contratos**: Orientações e Jurisprudência do TCU. 4ª edição. Brasília, 2010.

WORLD WITHOUT POVERTY. **As seis modalidades do PAA**. Disponível em: <https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/PAA_as_seis_modalidades_do_PAA_PT.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.